

O MULTILINGUISMO BUÉ COMPLEXODOS PAÍSES LUSÓFONOS

EL MULTILINGÜISMO MUY COMPLEJO DE LOS PAÍSES LUSÓFONOS

THE COMPLEX MULTILINGUALISM OF LUSOPHONE COUNTRIES

Eduardo Viana da Silva*

University of Washington

Flávia Azeredo Cerqueira**

Johns Hopkins University

RESUMO: As raízes históricas, socioculturais e econômicas da língua portuguesa nos países lusófonos nos convidam a refletir sobre o conceito de lusofonia em relação ao multilinguismo. Este artigo propõe uma análise das dinâmicas entre o português e outras línguas nacionais, ampliando o entendimento do que significa ser um país de língua portuguesa diante da presença de diversas outras línguas faladas nesses contextos, tais como o crioulo, o umbundu e o tétum, entre outras. Desde uma perspectiva decolonial, convidamos a leitora/o leitor a refletir sobre o conceito de lusofonia, de língua oficial e da promoção do português como língua franca nas antigas colônias de Portugal, nomeadamente: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Lorosa'e. O artigo encerra-se com propostas pedagógicas que visam reconhecer e valorizar o multilinguismo do mundo lusófono no ensino de português como língua adicional.

PALAVRAS-CHAVES: Lusofonia. Multilinguismo. Decolonialidade. Países de língua portuguesa

RESUMEN: Las raíces históricas, socioculturales y económicas de la lengua portuguesa en los países lusófonos nos llevan a reflexionar sobre el concepto de lusofonía en relación con el multilingüismo. Este artículo propone un análisis de la dinámica del portugués con otras lenguas nacionales, ampliando el significado de lo que constituye un país lusófono en relación con otras lenguas habladas en países lusófonos, como el criollo, el umbundu y el tetum, por ejemplo. Desde una perspectiva decolonial, invitamos al lector a reflexionar sobre el concepto de lusofonía, lengua oficial, y la promoción del portugués como lengua franca en las antiguas colonias de Portugal, a saber: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guinea-Bissau, Guinea Ecuatorial, Mozambique, Santo Tomé y Príncipe y Timor Lorosa'e. Este artículo concluye con propuestas pedagógicas para reconocer el multilingüismo del mundo lusófono en el portugués como lengua adicional.

PALABRAS CLAVE: Lusofonia. Multilingüismo. Decolonialidad. Países de lengua portuguesa.

* Professor na Universidade de Washington, em Seattle, nos Estados Unidos, onde coordena o Programa de Português. Possui doutorado em Literatura Luso-Brasileira com uma especialização em Linguística Aplicada pela Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Suas áreas de pesquisa incluem a linguística aplicada, estudos ambientais, telecolaborações, literatura e arte brasileiras. E-mail: evsilva@uw.edu.

** Professora Associada de Português e Diretora do Programa de Língua Portuguesa na Johns Hopkins University. Possui doutorado em Linguística Aplicada com concentração em Aquisição de Segunda Língua pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua pesquisa examina o desenvolvimento de segunda língua, a aprendizagem intercultural e o papel das tecnologias emergentes e da inteligência artificial no ensino de línguas. E-mail: fazered1@jh.edu.

ABSTRACT: The historical, sociocultural, and economic roots of the Portuguese language in Lusophone countries lead us to reflect on the concept of Lusophony in relation to multilingualism. This article proposes an analysis of the dynamics of Portuguese with other national languages, expanding the meaning of what constitutes a Portuguese-speaking country in relation to several other languages spoken in Lusophone countries, such as Creole, Umbundu, and Tetum, for example. Considering a decolonial perspective, we invite the reader to reflect on the concept of Lusophony, official language, and the promotion of Portuguese as a lingua franca in the former colonies of Portugal, namely: Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Equatorial Guinea, Mozambique, São Tomé and Príncipe, and Timor Lorosa'e. This article concludes with pedagogical proposals for recognizing the multilingualism of the Lusophone world in Portuguese as an additional language.

KEYWORDS: Lusophony. Multilingualism. Decoloniality. Portuguese-speaking countries.

1 INTRODUÇÃO

No romance *A avó dezanove e o segredo do soviético* (2009) do escritor angolano Ondjaki, o personagem 3,14 explica a seu colega, em um português marcadamente angolano, como aprendeu suas frases de efeito e chavões através de suas tias e das novelas brasileiras: “Sei mesmo porque me contaram. Sei bué de frases que as minhas tias viram bué de novelas quando nós nem éramos nascidos” (Ondjaki, 2009, p. 29). Observa-se, nessa passagem, o uso da palavra “bue”, de origem umbundu, incorporada ao vocabulário do português angolano com o significado de “muito(s)/muita(s)”. Este é apenas um exemplo das influências de línguas de origem bantu no léxico cotidiano do português angolano. Uma breve leitura das primeiras páginas do romance evidencia muitos outros casos, como a palavra “maka” com o significado de “assunto” e “muki” significando “mato”. O romance apresenta, ao final, um glossário com vocabulário de origem nas línguas nacionais de Angola para auxiliar as leitoras/os leitores ao decorrer do texto. A seguir, apresentam-se alguns exemplos adicionais do uso de línguas bantu no português angolano presentes no romance (no Anexo A, há uma lista completa):

Baldar: mentir.

Bina: bicicleta.

Dipanda: independência.

Jacó: papagaio.

Jinguba: amendoim.

Misoso: conto.

Mujimbo: boato, fofoca.

Assim como nos personagens da literatura de Ondjaki (2009), o dia a dia em Luanda é marcado por uma variante do português que combina e recombina elementos de línguas de origem bantu. Estima-se que cerca de um terço da população angolana (11 milhões de 39 milhões) fale línguas nacionais de origem bantu em seu cotidiano, tais como umbundu, kimbundu, kikongo, chokwe e nyaneka-nkhumbi, entre outras. A predominância dessas línguas é particularmente notável em cidades no interior do país, onde, muitas vezes, o português não é falado. Em outros países lusófonos, a proporção de línguas nacionais em relação ao português é ainda maior, como no caso de Moçambique e de Timor Lorosa'e¹ (Timor Leste), por exemplo. Estima-se que mais da metade da população moçambicana fale línguas de origem bantu como seu primeiro idioma e uma parcela significativa da população não fala português. Já em Timor Lorosa'e, o tétum é a língua predominante. Aproximadamente 90% da população o utiliza como primeira ou segunda língua e cerca de 75% não possuem fluência em português.

Os exemplos acima indicam a complexidade da coexistência da língua portuguesa com outros idiomas em países considerados lusófonos, mas marcados por forte presença de línguas nacionais. O português é a língua oficial das nações que compõem a

¹ Utilizamos o nome Timor Lorosa'e neste artigo, no lugar de Timor Leste. O país adotou o nome de Timor Lorosa'e após o referendo de 30 de agosto de 1999. Em tétum, Timor Lorosa'e significa a Terra do Sol Nascente. O novo nome do país marca um momento de ruptura com o nome dado pelos colonizadores portugueses. No entanto, a nomenclatura de Timor Leste é ainda adotada e reconhecida por vários países ao redor do mundo.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Lorosa'e. Por ser a língua oficial, esses países conduzem seus sistemas de governo e seus sistemas educacionais primordialmente em português, com exceção da Guiné Equatorial, onde o espanhol é uma das línguas oficiais dominantes. Além disso, a língua portuguesa é considerada a língua franca entre as diversas comunidades linguísticas da CPLP.

Este artigo propõe uma reflexão sobre as diversas dinâmicas da língua portuguesa nos países lusófonos e sobre o conceito de lusofonia em si. Seguindo uma perspectiva decolonial (Quijano, 2007; Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018), a qual questiona os conceitos coloniais do ser, do saber e do poder; este estudo analisa as raízes históricas, socioculturais e econômicas do uso do português nas antigas colônias de Portugal. Não se pretende aqui apresentar verdades absolutas ou uma conclusão definitiva sobre o papel da língua portuguesa e do multilinguismo nos países lusófonos. Destaca-se, porém, a complexidade do tema e a necessidade de uma visão crítica do papel da língua portuguesa, considerando questões identitárias, de poder e narrativas nacionais e históricas.

A título da discussão proposta neste artigo, chamamos de línguas nacionais àquelas faladas originalmente nos países africanos de língua portuguesa e também em Timor Lorosa'e. Referimo-nos às línguas indígenas ao tratarmos dos povos originários do Brasil. Nas próximas seções, analisaremos o papel do português e do multilinguismo por meio de aspectos históricos, socioculturais e econômicos. Ao final do artigo, sugerimos uma proposta pedagógica-crítica em aulas de português como língua adicional (PLA) para a apresentação do papel do português e da realidade multilíngue dos países lusófonos.

2 RAÍZES HISTÓRICAS DO PORTUGUÊS E DO MULTILINGUISMO EM PAÍSES LUSÓFONOS

A história de Portugal e, por consequência, da língua portuguesa e da cultura lusófona é marcada pelas navegações marítimas e pela formação das colônias portuguesas na África, Ásia e América Latina. O arquipélago de Cabo Verde, na costa ocidental da África, foi uma das primeiras colônias portuguesas a serem formadas entre 1460 e 1463. Assim como no arquipélago de São Tomé e Príncipe (ocupado em 1470), as ilhas de Cabo Verde encontravam-se desabitadas e serviram como postos de parada na expansão marítima portuguesa e, mais adiante, como laboratórios para o projeto do tráfico de pessoas escravizadas da África. Em Cabo Verde, a língua crioula passou a ser a mais falada na ex-colônia portuguesa, em contraste com outras ex-colônias em que línguas nacionais são mais predominantes. O crioulo, por sua vez, é uma língua criada a partir do contato de línguas africanas com o português, como se nota na expressão: “Como estás? – Modi ki bu sta?”.

As demais colônias na África lusófona foram exploradas pelos portugueses também no século XV, incluindo Guiné Bissau (1455), Guiné Equatorial (1472), Angola (1484) e Moçambique (1498). A exemplo de Cabo Verde, o crioulo se tornou uma língua importante também na Guiné Bissau. Já na Guiné Equatorial, fang é a língua nacional predominante, seguida do espanhol, francês e português, as quais são consideradas línguas oficiais do país. Em Angola e Moçambique, as línguas bantu são as mais faladas nos países, com a predominância do umbundo em Angola e Emakhuwa (ou Macua) em Moçambique.

Já na Ásia, a ex-colônia portuguesa do Timor Lorosa'e foi, efetivamente, ocupada pelo Império Português a partir de 1769. Aproximadamente, 90% da população do Timor fala tétum como sua primeira ou segunda língua, e o país possui tétum e português como línguas oficiais.

O Brasil, por sua vez, é a maior ex-colônia de Portugal e a com o maior número de falantes de português como primeira língua, cerca de 210 milhões. Quando da chegada dos portugueses no ano de 1500, o Brasil-colônia contava com centenas de línguas indígenas e milhares de falantes (entre 1 e 8 milhões)³. Muitas das línguas indígenas do Brasil foram erradicadas ao decorrer dos séculos de

² Escolhemos não tratar de Goa e Macau neste artigo, por serem regiões onde o português não é considerado uma língua oficial, assim como não tratamos de países onde o português é falado por grandes comunidades de imigrantes, como partes dos EUA e em alguns países europeus, por exemplo.

³ Para uma introdução crítica sobre o primeiro contato dos portugueses com indígenas no Brasil, leia o capítulo 1 de *Brasil, a biography* (2015) das historiadoras brasileiras Lília Schwarcz e Heloisa Starling. Por não existirem dados exatos sobre o número de indígenas no Brasil durante o período colonial, as historiadoras estimam entre 1 e 8 milhões quando da chegada dos portugueses em 1500.

colonização, e, atualmente, menos de 1% da população fala, aproximadamente, 160 línguas indígenas⁴ em vigor no país, com a predominância do tikuna, guarani kaiowá e kaingang.

A história do Império Português e da colonização possui, ao menos, três pilares: a conquista de novos territórios, o fortalecimento econômico de Portugal e a expansão do catolicismo. A colonização de regiões na África, Ásia e América Latina proporcionaram o engrandecimento econômico do Império Português, inicialmente, através do comércio de especiarias da Índia e, posteriormente, pelo tráfico de pessoas escravizadas da África ao Brasil e a exploração de recursos naturais das colônias portuguesas.

O Brasil-colônia contou com uma das maiores diásporas do mundo, com, aproximadamente, 5 milhões de pessoas escravizadas do Continente Africano⁵. Em comparação, os Estados Unidos receberam dez vezes menos pessoas no tráfico escravagista, cerca de: 400 mil pessoas. Como resultado, o Brasil atual possui uma população miscigenada de pessoas pardas e pretas de, aproximadamente, 60%. A língua portuguesa, por sua vez, é o idioma nativo da grande maioria dos brasileiros, mais de 98% da população fala português como primeira língua. Diferentemente das colônias portuguesas na África, as línguas nacionais africanas não permaneceram vigentes no Brasil atual. O Império Português, intencionalmente, separou as pessoas escravizadas no Brasil, com o propósito de dificultar a comunicação em línguas africanas e, com isso, de diminuir a possibilidade de motins e revoltas. A língua portuguesa passa, então, a ser a língua franca também entre as pessoas escravizadas no Brasil-colônia. Não existem, atualmente, regiões no Brasil ou grupos étnicos em que línguas nacionais africanas sejam faladas diariamente⁶. A estratégia do Império Português de misturar e dificultar a comunicação em línguas nacionais africanas funcionou perfeitamente e gerou uma população diaspórica de fala portuguesa. Nem mesmo a língua crioula obteve muito espaço no Brasil-colônia, sendo, aos poucos, substituída pelo português. No entanto, o português brasileiro possui fortes influências de línguas nacionais africanas, gerando variantes do português que são distintas das variantes faladas em Portugal. A polarização linguística do Brasil-colônia é marcada por línguas africanas em contato com a língua portuguesa em um processo de transmissão linguística irregular, gerando o que se conhece como o português brasileiro (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009)⁷. Nas palavras da intelectual afro-brasileira, Lélia Gonzalez, os brasileiros falam *pretuguês*, em uma mistura de preto e português.

O processo de independência dos países lusófonos do Império Português teve seu início em 1822 com a independência do Brasil. No entanto, o Brasil independente ainda manteve o sistema escravocrata com a escravidão sendo somente abolida em 1888. O Brasil foi o último país das Américas a declarar a abolição da escravatura. Sendo assim, a exploração de mão de obra escrava e a diáspora africana seguiram por mais de 60 anos após a independência do Brasil. Mais de 80 anos após a abolição da escravatura no Brasil, os países da África Lusófona e Timor Lorosa'e obtiveram sua independência (1973-1975). A Revolução dos Cravos de 1974 e a destituição do governo ditatorial português (conhecido como o Estado Novo) desencadearam o reconhecimento da independência dos países lusófonos dando fim às guerras com Portugal. No entanto, os países africanos lusófonos passaram por mais duas décadas de guerras civis internas em busca de controle político de seus respectivos países. No caso de Timor, o país obteve sua independência de Portugal em 1975 e foi logo após invadido pela Indonésia. Timor Lorosa'e se tornou independente da Indonésia somente em 2002. Guiné Equatorial é também outra exceção. Sob o controle da Espanha, o país obteve sua independência em 1968, vários anos

⁴ De acordo com o Instituto Socioambiental do Brasil (ISA), as estimativas atuais são de 160 línguas e dialetos indígenas atualmente faladas no Brasil. Um mapeamento das línguas indígenas e dos povos originários está disponível no site da ISA (ISA, 2025) O censo de 2010 apresentava 274 línguas indígenas faladas no Brasil.

⁵ Os números de pessoas escravizadas não são exatos, a historiadora Gwendolyn Midlo Hall (2005) explica que, para cada pessoa escravizada, W. E. B. Du Bois estimou que outras 5 pessoas foram mortas, entre as travessias do oceano e as mortes no Continente Africano. De acordo com as estimativas de W. E. B Du Bois, 15 milhões de pessoas chegaram no Continente Americano, gerando um total de 100 milhões de mortes. Hall (2005) defende que as Américas devem um grande débito ao Continente Africano, o que deveria ser parte de um processo de reparação (*Truth and Reconciliation* – Verdade e Reconciliação).

⁶ As pesquisas do antropólogo e musicólogo francês Xavier Vatin (2017, 2019) exploram o uso de línguas africanas na música do Candomblé da Bahia por meio de gravações realizadas pelo linguista negro estadunidense Lorenzo Turner em 1940-1941. As gravações de Turner demonstram a presença de palavras do grupo linguístico do Yorubá, Ewé-Fon e Bantu nas comunidades religiosas afro-baianas, além de músicas cantadas em línguas nacionais africanas. A gravação de músicas do Candomblé na Bahia de 1940 e 1941 está disponível na plataforma SoundCloud (2021).

⁷ Para um estudo aprofundado sobre a formação do português afro-brasileiro, leia o livro *O Português Afro-Brasileiro* (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009), publicado pela UFBA. Além das línguas nacionais africanas e das línguas indígenas, o árabe era também falado por pessoas escravizadas de origem muçulmana. Na Revolta dos Malês em Salvador (1835), o árabe era a língua de comunicação usada para dissuadir os portugueses durante a batalha. Durante o Brasil-colônia, a *língua geral*, a qual é desenvolvida a partir das línguas tupinambás, foi utilizada pelos jesuítas e colonizadores como língua franca com as populações indígenas.

antes das demais colônias portuguesas na África. Portugal foi, de fato, um dos últimos países a outorgar a independência de suas colônias no continente africano, pressionado pelo fim da ditadura militar e pela força das lideranças socialistas e comunistas, do líder Amílcar Cabral da Guiné Bissau/Cabo-Verde ao suporte cubano de Fidel Castro e Che Guevara pela independência das colônias portuguesas. Décadas antes, a Inglaterra começou a reconhecer a independência de suas colônias, mais notavelmente da União Sul-Africana em 1931. As demais colônias inglesas e francesas se tornaram independentes ao decorrer das décadas até os anos 60. Em 1960, a França reconheceu a independência da maior parte de suas colônias, tais como Senegal, Costa do Marfim, Níger e Chade, por exemplo.

3 PANORAMA DO PORTUGUÊS E DE OUTRAS LÍNGUAS NO MUNDO LUSÓFONO

A língua portuguesa é falada como língua oficial e como língua nativa pela maior parte da população do Brasil (211,1 milhões) e de Portugal (10,58 milhões), com um número de falantes nativos de português de, aproximadamente, 219 milhões. Tanto no Brasil como em Portugal, a língua portuguesa é falada por, cerca de, 99% da população como língua materna⁸. Já em São Tomé e Príncipe, 98,4% das pessoas falam português como primeira ou segunda língua. No entanto, este quadro difere significativamente em comparação aos demais países de língua oficial portuguesa na África e em Timor Lorosa'e.

O português é falado como língua materna por menos da metade da população dos demais países lusófonos: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e Timor Lorosa'e. Em Angola, por exemplo, 71,10% da população indicou falar português no último censo conduzido no país em 2014 e 39% afirmou falar português como língua materna. Nos demais países, o percentual de falantes de português varia significativamente. Em Timor Lorosa'e, por exemplo, línguas com o tétum, bahasa, inglês e indonésio são falados ao redor do país, sendo que português é uma das duas línguas oficiais, mas é falada como língua materna apenas por uma minoria da população.

As populações luso-africanas e asiáticas são em sua maioria falantes de línguas nacionais, e muitos não possuem fluência em português. De fato, a maior parte da população de países de língua oficial portuguesa na África e na Ásia não falam português em seu dia a dia com amigos e famílias. O português é considerado a língua oficial e língua franca, mas não é a língua materna da maior parte dos falantes. Observa-se também que os dados estatísticos não são precisos por si só, e sim uma aproximação da realidade já que, em muitos questionários do censo, a cidadã ou o cidadão pode, por exemplo, afirmar um domínio da língua portuguesa, quando de fato não possui tal domínio. De qualquer forma, os dados aqui apresentados ilustram a posição do português como língua oficial e, muitas vezes, uma língua necessária ou imposta em função do mercado de trabalho e de sistemas de educação.

Na próxima seção, exploraremos os aspectos socioculturais dos países lusófonos e o conceito de lusofonia em relação ao multilinguismo e multiculturalismo desses países. A distinção entre língua materna e segunda língua, brevemente apresentada neste trabalho, busca evidenciar elementos identitários, de poder e de narrativas sobre a nacionalidade e o patriotismo.

4 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO PORTUGUÊS E DO MULTILINGUISMO

O multilinguismo evidente dos países africanos lusófonos e de Timor Lorosa'e contrasta com a experiência da maior parte dos portugueses e brasileiros que crescem se comunicando em português em casa e na escola nos dias atuais. Ao contrário de Portugal e do Brasil, os países lusófonos na África e Timor Lorosa'e são constituídos por populações multilíngues, nas quais o português não é a língua materna da maioria. Esse aspecto sociocultural é fundamental para se entender o papel do português e das dinâmicas da língua portuguesa em sociedades multilíngues africanas e asiáticas. Até que ponto, por exemplo, cidadãos de países como Guiné

⁸ Apesar de não tratarmos em detalhes das variantes do português europeu e do português brasileiro neste artigo, as diferenças dialetais da língua e percepções culturais entre Portugal e o Brasil estão enraizadas em um passado histórico e são motivos também de tensões e discriminações em ambos os países. Para uma leitura sobre o tema, veja o livro de Fernando Arenas (2003), *Utopias of Otherness: nationhood and subjectivity in Portugal and Brazil*.

Equatorial e Timor Lorosa'e se identificam como lusófonos, quando menos de 1% da população desses países fala português como língua materna? Perguntas similares se aplicam também a países como Cabo Verde e Guiné Bissau, onde, aproximadamente, 30% da população fala português como L1 ou L2. A presença da língua portuguesa se faz mais forte em Moçambique e em Angola, onde 50,4% e 71,10% das populações, respectivamente, falam português como língua materna ou língua adicional. No entanto, mesmo em contextos onde uma grande parte da população domina o português como uma língua franca ou adicional, como com relação à Angola, a realidade multilíngue e o consequente multiculturalismo são ainda predominantes. Existe aqui uma lusofonia multifacetada e complexa. A identidade cultural de uma pessoa que cresce em contato com uma língua e é educada com outra é, por si só, uma identidade múltipla, especialmente porque a língua dominante e oficial do país é uma exigência e, muitas vezes, um obstáculo para se adquirir uma educação e ingressar no mercado de trabalho formal. No caso dos países africanos de língua portuguesa e de Timor Lorosa'e, o português representa também a língua do colonizador e de uma história recente de conflitos pela independência das colônias durante a longa ditadura de Salazar (1932-1968) e nos últimos anos do Estado Novo em Portugal. Aliada à falta de recursos financeiros da maioria da população, como veremos mais adiante, o conhecimento da língua portuguesa passa a ser uma obrigação para se ter acesso a oportunidades de estudo e de trabalho.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1996, determina em seu segundo estatuto: “[...] o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura” (UNESCO, 1996, p. 5). Além disso, vários estudos demonstram a importância de oferecer a educação em sua língua materna às crianças em processo de alfabetização (Bialystok, 2015; Alves, 2023). O processo de alfabetização na língua materna facilita a decodificação da língua por conta da representação escrita e fonética de um idioma ao qual a criança já está familiarizada. No entanto, a alfabetização em outro idioma pouco dominado, dificulta o processo de aquisição da escrita, contribuindo ainda mais para as taxas de analfabetismo. Por exemplo, segundo dados da UNESCO de 2022, a taxa de analfabetismo na Guiné Bissau é de 46,10%; no entanto, apenas 32,1% da população fala português (Censo, 2009) e o processo de alfabetização é realizado primordialmente em português, incluindo material didático e testes. Não é surpreendente que em um país onde a vasta maioria não fala a língua oficial e escolar, a alfabetização seja um grande desafio. Aproximadamente, 90% da população da Guiné Bissau fala crioulo guineense, portanto, seria muito mais adequado que a educação formal fosse também em crioulo e que português fosse ensinado como uma língua adicional.

Certamente, existem outros desafios no processo de alfabetização, como a falta de recursos, a falta de escolas, o trabalho infantil e a subnutrição, por exemplo. Porém, um dos grandes desafios é o ensino dos primeiros anos de escrita em uma língua praticamente estrangeira e a qual a/o estudante não domina. Esse tipo de cenário gera também uma crise identitária, na qual a/o aluno se força a aprender a escrever em uma língua adicional, antes mesmo de saber como escrever em sua língua materna. Os desafios são inúmeros, não somente desde uma perspectiva cognitiva, mas também sociocultural⁹. Fica estabelecido, já na infância, um sistema de valores, o qual protege, promove e privilegia a língua oficial do país em detrimento da língua materna da maioria da população. Nesse cenário, o multilinguismo não é algo a ser celebrado, mas sim coibido. Ainda que, em termos práticos e financeiros, seja importante aprender a língua franca de um determinado país ou região, em termos identitários e culturais não se deveria negligenciar o ensino da língua materna. O modelo de ensino bilíngue seria o mais apropriado para este cenário, ao passo que o ensino das línguas nacionais ajuda também a legitimar o português em um contexto multilíngue.

O escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa (2013, p. 9) explica que o ensino das línguas nacionais contribui para o exercício da cidadania de crianças e adolescentes em Moçambique, consolidando as identidades culturais africanas, à medida que o português poderia acompanhar o ambiente multilíngue, ao invés de negar e impedir a valorização de línguas e culturas nacionais, tal qual ocorre atualmente:

É facto que a língua portuguesa é a língua oficial, mas na aprendizagem, o português é uma língua estrangeira, porque não agrega os valores culturais da criança em idade escolar. Ela não tem ainda cidadania plena nos milhares e milhares de lares africanos que têm, em outras línguas, como no caso de Moçambique, uma existência

⁹ Um outro exemplo de aspectos socioculturais coloniais no sistema de ensino é a negação da africanidade em escolas angolanas, nas quais se proíbe o uso de certos estilos de cabelo afro. A recente tese de mestrado sobre o sistema de educação em Angola de Fernando Júnior Adão António (2024), trata em detalhes do *bullying* e da negação da identidade afro em escolas do ensino médio em Angola.

real e uma cidadania negada. Sem a valorização das línguas nacionais, o português perde a sua legitimidade cultural. Será somente uma língua com valência política.

O multilinguismo e a fluência em português podem, no entanto, andar de mãos dadas no mundo lusófono. Porém, cabe aqui revisitar o conceito de lusofonia, já que esta é, por vezes, uma conexão mais histórica do que linguística *per se*, especialmente com relação a algumas das ex-colônias portuguesas em que a língua portuguesa é falada por uma minoria, como em Cabo Verde, em Guiné Bissau, em Guiné Equatorial e em Timor Lorosa'e, por exemplo. Fazer parte dos países lusófonos acarreta também no compartilhamento de aspectos históricos e socioculturais.

Ainda que exista uma disparidade entre o percentual de falantes de português nos países lusófonos e suas experiências de vida, a presença portuguesa nas ex-colônias está marcada de maneiras distintas em alguns hábitos culturais, artes, comidas, religiões, sistemas de governo e educacionais, além das conexões históricas entre as colônias: do sistema escravocrata que durou quatro séculos aos movimentos de independência, entre outros fatores importantes. Nota-se, por exemplo, uma predominância do catolicismo em quase todos os países lusófonos. Segundo o censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 56,7% da população brasileira segue a Igreja Católica Apostólica Romana. Outros 31,2% são evangélicos e 1,5% seguem outras denominações cristãs, totalizando 84,4% como cristãos (IBGE, 2022). Números semelhantes podem ser observados em países como Angola, com 79% da população seguindo o cristianismo (41% católicos e 38% protestantes, Censo de 2014) ou em Cabo Verde, onde 81,7% da população é cristã (72,5% católicos e 9,2% de outras denominações), conforme o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), realizado em 2021. Não é ao acaso que a religião cristã tenha prevalecido nas ex-colônias portuguesas, dado que a propagação do catolicismo era uma das premissas do projeto de colonização. Por meio do catolicismo, o processo de colonização e, até mesmo, o comércio de pessoas escravizadas eram justificados e recebiam o aval da Igreja Católica Apostólica Romana. Da catequização indígena, por padres jesuítas no Brasil, ao fortalecimento da Igreja Católica nos países lusófonos africanos e em Timor Lorosa'e, a promoção do catolicismo foi, desde os primórdios da colonização, um dos objetivos principais do Império Português, servindo também como uma forma de controle e de justificação para atos hediondos, tais como os exílios, as punições físicas e os assassinatos durante a Inquisição Católica, e a justificativa de que uma pessoa escravizada estava pagando por seus pecados para viver no paraíso após sua morte, por exemplo.

Em suma, a lusofonia é um resultado de um projeto de colonização que gerou uma das maiores diásporas na história da humanidade. Movido por uma engrenagem financeira e religiosa, o Império Português ocupou regiões desabitadas e habitadas na África, Ásia e América Latina, gerando o tráfico de escravos entre o Continente Africano e o Novo Mundo. O processo de colonização português de mais de 400 anos interrompeu, remodelou e reestruturou sociedades africanas, asiáticas e brasileiras. Além das atrocidades da escravatura e do genocídio de indígenas e africanos, a colonização portuguesa gerou também sociedades pós-coloniais com fortes reflexos do colonialismo, incluindo o domínio do cristianismo, a exploração de mão de obra forçada ou barata, a miscigenação de pessoas brancas, pardas, indígenas e pretas, as ligações culturais e genéticas entre a África, Portugal e o Brasil, entre outros aspectos significativos. Ou seja, ser lusófono é ser parte de uma longa história que conecta seus participantes em vários aspectos históricos, sociais e culturais, indo muito além da fluência na língua portuguesa e incluindo o multilinguismo e multiculturalismo das nações envolvidas.

Uma abordagem crítica e decolonial da lusofonia deve também considerar os vínculos econômicos entre os países de língua portuguesa, assim como os efeitos persistentes de séculos de exploração colonial, tráfico de pessoas e desigualdade estrutural. A globalização, que, simultaneamente, aproxima e distancia esses países, exerce um papel ambíguo nas relações contemporâneas dentro do mundo lusófono. Surge, então, uma questão crucial: poderiam as conexões econômicas atuais entre países lusófonos operar como mecanismos de reparação histórica? Em que medida nações profundamente marcadas pelo colonialismo, como Angola e Guiné Bissau, podem encontrar, nas parcerias econômicas com outras nações lusófonas, oportunidades de desenvolvimento sustentável e cooperação solidária? Essas e outras questões serão abordadas na próxima seção, a qual analisa os aspectos econômicos do português e do multilinguismo no contexto da lusofonia contemporânea.

5 ASPECTOS ECONÔMICOS DO PORTUGUÊS E DO MULTILINGUISMO

Os laços financeiros entre os países lusófonos que integram a CPLP têm raízes históricas profundas e se desenvolveram ao longo do tempo, passando por fases de colonização, independência e cooperação econômica multilateral. Esses laços se baseiam em relações comerciais, investimentos, financiamentos, acordos bilaterais e multilaterais, além de fluxos migratórios que impactam remessas e transferências financeiras.

Durante os séculos de colonização portuguesa (XV-XX), o fluxo financeiro era unilateral, com a metrópole, Portugal, explorando recursos das colônias. Produtos como ouro (Brasil), mão de obra escrava (África), e especiarias (Ásia) movimentavam grandes somas. Naquele tempo, havia pouca ou nenhuma autonomia econômica local; as economias coloniais estavam ligadas diretamente à de Portugal. No caso do Brasil como Império, no século XIX, após sua independência (1822), o país tornou-se um polo de investimentos e comércio na América do Sul. No entanto, manteve laços com Portugal, especialmente bancários e comerciais. Nesse período, não havia ainda uma “rede lusófona” organizada financeiramente, mas já se formavam relações transatlânticas importantes.

Com a independência das ex-colônias africanas (1974-75) e de Timor Lorosa'e (2002), surgem novas oportunidades e desafios financeiros. Portugal passou a atuar como investidor e parceiro bilateral. O Brasil, por sua vez, começou a estender sua influência com cooperação técnica e investimentos empresariais, especialmente em Angola e Moçambique. Além disso, a ajuda ao desenvolvimento tornou-se um canal de conexão financeira e veio através de doações, créditos e programas de cooperação. Com a criação da CPLP (1996), os laços financeiros passaram a ser estruturados por acordos comerciais, investimentos e financiamentos multilaterais para projetos de infraestrutura, saúde, educação, dentre outros e, também, a criação de bancos regionais e fundos de apoio, como o Fundo Especial da CPLP.

Ao examinar os investimentos, comércio e iniciativas dos anos 2000 até agora, vemos que Portugal investiu fortemente em Angola e Moçambique (ex. bancos, energia, construção civil). O Brasil expandiu suas multinacionais (ex. Vale, Odebrecht, Petrobras, Itaú) para África e Timor. Angola, após o *boom* do petróleo, passou a investir em Portugal, criando um fluxo inverso de capitais. Além disso, parcerias público-privadas e investimentos diretos se intensificaram entre os países africanos de língua portuguesa. Apesar de todas as iniciativas, o comércio intra-CPLP ainda é limitado, mas crescente. Iniciativas recentes visam criar mais mobilidade entre os membros da CPLP, como, por exemplo, um acordo firmado em 2021 com o objetivo de facilitar a circulação de pessoas e impulsionar os negócios.

Ponderando sobre o papel da língua portuguesa como ativo geoeconômico simbólico, observa-se que a língua é um dos principais elementos unificadores do espaço lusófono. Com um vasto número de falantes em quatro continentes, o português confere à CPLP um caráter singular de comunidade transcontinental, com grande potencial para cooperação Sul-Sul, fluxos comerciais e circulação de capital humano. Porém, quando pensamos nos países africanos lusófonos e em Timor Lorosa'e, o multilinguismo é uma realidade sociolinguística e econômica marcante. O português é língua oficial, mas não predominante no cotidiano econômico de muitos, coexistindo com línguas africanas locais, como o crioulo (em Cabo Verde e Guiné Bissau) e o tétum (em Timor Lorosa'e), além de línguas europeias, como o francês (em países vizinhos da África Ocidental e Central) e o inglês (língua de negócios internacionais, de bancos multilaterais e tecnologia). Essa coexistência gera desafios práticos, visto que o português pode ter uso limitado em transações econômicas intra-CPLP.

No ponto de vista do escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa (2013), a língua portuguesa não é, por si só, suficiente para se criar uma unidade entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Ungulani Ba Ka Khosa (2013) defende que os membros do PALOP representam países distintos, com agendas próprias, e uma fraca comunicação multicultural, apontando as dificuldades econômicas e sociais dos países do PALOP, com exceção da economia de Angola, a qual se destaca das demais. O escritor acredita que é um erro considerar a língua portuguesa como vetor único de unificação no cenário pós-colonial: “Portugal, antiga potência colonial, tem cometido, a meu ver, um grande erro histórico ao olhar para os países africanos do único e redutor ângulo da língua, esquecendo-se que esses países têm uma identidade própria e universos linguísticos muito distintos” (Ba Ka Khosa, 2013, p. 5).

A língua portuguesa é uma ferramenta estratégica, mas não é, por si só, um vetor suficiente de integração econômica entre os países lusófonos. Até então, a língua é mais um símbolo diplomático do que uma alavanca real de cooperação econômica concreta. Em

uma reflexão sobre questões identitárias e linguagem, o escritor cabo-verdiano José Luiz Tavares (2019)¹⁰ afirma que o bilinguismo (no caso de Cabo Verde) nos países africanos lusófonos é não apenas necessário, mas urgente, pois trata-se de uma questão de justiça linguística, de preservação cultural e de afirmação identitária. O autor denuncia a violência simbólica e política cometida contra as línguas africanas, marginalizadas e silenciadas em favor do português como uma herança colonial. Essa imposição cria uma sociedade fragmentada, em que grande parte da população é excluída dos discursos oficiais, da educação formal e da produção cultural legitimada. Assim, o bilinguismo institucional – que reconheça e valorize as línguas nacionais ao lado do português – é um passo essencial para democratizar o acesso ao saber, fortalecer a autoestima dos falantes e promover uma verdadeira descolonização do pensamento e das estruturas sociais.

De fato, uma abordagem crítica e decolonial dos laços financeiros entre os países lusófonos exige que se vá além das cifras e acordos institucionais, para considerar as marcas profundas da colonização, do sistema escravista e das guerras de independência que estruturaram desigualdades históricas. Países como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau carregam, ainda, os efeitos econômicos de séculos de extração violenta de recursos e desarticulação das estruturas sociais locais (Rodney, 2018; Furtado, 2009). Nesse sentido, as atuais relações econômicas entre países lusófonos – em especial com Portugal e Brasil – não podem ser vistas apenas como oportunidades comerciais neutras, mas devem ser lidas também como espaços potenciais de reparação histórica, redistribuição de poder e construção de solidariedades efetivas no Sul Global (Araújo, 2017; Ribeiro, 2022).

No entanto, observa-se que as relações comerciais entre os países lusófonos ainda revelam traços persistentes de desigualdade de poder oriundos do passado colonial. Portugal e, de certa forma, o Brasil continuam a ocupar posições privilegiadas nessas dinâmicas, operando, muitas vezes, de forma paternalista ao oferecer “cooperação técnica” e “ajuda ao desenvolvimento” que reforçam dependências assimétricas, em vez de fomentar autonomia produtiva nos países africanos e em Timor Lorosa’e (Araújo, 2017; Ribeiro, 2022). Multinacionais brasileiras e portuguesas, ao expandirem suas operações em setores estratégicos como energia, mineração, finanças e infraestrutura, frequentemente o fazem em regimes de exploração de matérias-primas e de mão de obra barata que pouco beneficiam as populações locais com relação à redistribuição de renda ou fortalecimento da economia interna (Rodney, 2018; Furtado, 2009). Assim, o mercado intra-CPLP segue mais exploratório do que integrador, e muitas dessas trocas reproduzem lógicas neocoloniais, em que o capital do Norte Global ou de seus intermediários sul-americanos se sobrepõe à soberania econômica dos países africanos lusófonos (Castro, 2020; Santos, 2014).

Esse cenário reforça a necessidade de repensar modelos de cooperação baseados em horizontalidade, justiça histórica e fortalecimento das capacidades produtivas locais, rompendo com uma visão assistencialista que ainda marca boa parte da atuação de Portugal e do Brasil na comunidade lusófona (Araújo, 2017; Ribeiro, 2022).

Além disso, outro ponto relevante nessa discussão é a questão da mobilidade social. Nos países lusófonos, a mobilidade social enfrenta desafios significativos que refletem desigualdades estruturais profundas. Em nações como Brasil, Angola, Moçambique e Portugal, a persistência de disparidades econômicas, educacionais e raciais limita o acesso das minorias e menos privilegiados a oportunidades de ascensão social. No Brasil, por exemplo, apesar de avanços pontuais, a mobilidade ainda é baixa, com forte correlação entre renda dos pais e dos filhos, perpetuando ciclos de pobreza (Barros *et al.*, 2007). Em Angola e Moçambique, as dificuldades são ainda maiores devido a sistemas educacionais frágeis e economias dependentes de setores primários, os quais não geram empregos qualificados em quantidade suficiente (Filipe; Almeida, 2019). Portugal, embora mais desenvolvido, também enfrenta problemas relacionados à desigualdade regional e à dificuldade de integração social de imigrantes e descendentes de comunidades mais vulneráveis (Pereira; Sousa, 2020). Assim, a mobilidade social nesses países e também nos demais países da CPLP continua limitada, exigindo políticas públicas eficazes e inclusivas para promover uma transformação social. Diante dos dados da Tabela 2, podemos afirmar que a lusofonia é extremamente assimétrica. Além de diferenças econômicas, distância geográfica, políticas cambiais díspares, instabilidade política em alguns membros, observa-se que Brasil e Portugal concentram o PIB, altos índices de desenvolvimento humano, influência diplomática e protagonismo institucional. Por outro lado, os países africanos e Timor Lorosa’e têm grandes desafios sociais, tais como: baixa expectativa de vida, acesso limitado à educação e renda per capita baixa. Logo, uma possível forma de lidar com essa disparidade seria usar o capital humano e institucional do Brasil e de Portugal

¹⁰ Em entrevista para a revista *Santiago Magazine*, José Luiz Tavares se refere ao crioulo de Cabo Verde, como língua cabo-verdiana ou cabo-verdiano. O autor se opõe ao uso de crioulo: “Crioulas, quase todas as línguas o são. Que é o português senão um crioulo do latim?” (Tavares, 2019).

para fortalecer a integração com os países de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, assim, gerar também uma tentativa de reparação histórica.

Embora as conexões econômicas entre países lusófonos ainda reproduzam desigualdades históricas, elas também oferecem uma oportunidade concreta de promover justiça reparatória e desenvolvimento sustentável, desde que baseadas em princípios de equidade, valorização cultural e soberania econômica. A construção de uma verdadeira cooperação solidária no espaço lusófono exige, sobretudo, uma reconfiguração ética das relações econômicas e linguísticas, capaz de enfrentar o legado colonial com políticas inclusivas e horizontais. Assim, pensar em formas de cooperação mais justas e emancipadoras passa também por repensar o papel da língua portuguesa não apenas como ferramenta econômica, mas como espaço simbólico e pedagógico. É nesse sentido que se abrem caminhos para propostas educativas que, ao abordar o português como língua adicional (PLA), incorporem uma perspectiva decolonial, crítica e plural, sensível às múltiplas realidades linguísticas e culturais do mundo lusófono.

Com esses pontos em mente, a próxima seção apresenta uma proposta pedagógica para introduzir o mundo lusófono de maneira crítica e construtiva com atividades que oferecem a oportunidade de discutir e refletir sobre multilinguismo, cultura, práticas antirracistas, reparação histórica e decolonialismo.

6 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA AULAS DE PLA

A reflexão sobre a lusofonia, quando encarada a partir de uma perspectiva decolonial, desafia a ideia de uma língua portuguesa única, neutra ou totalizante. Em contextos onde o português é língua oficial, mas convive com uma diversidade de línguas nacionais e locais como o crioulo cabo-verdiano, o umbundu em Angola, o changana em Moçambique ou o tétum em Timor Lorosa'e, entre muitas outras, observa-se uma complexa rede de práticas linguísticas que não pode ser apagada em nome da unidade linguística. Por isso, é essencial que o ensino de português como língua adicional reconheça e acolha essa diversidade, incentivando um olhar crítico e plural sobre as línguas, culturas e identidades envolvidas (Gonçalves; Monnerat, 2023). Logo, pensar a lusofonia de forma crítica implica também abordar questões de reparação histórica e justiça linguística. No Brasil, por exemplo, o reconhecimento e a valorização das mais de 160 línguas indígenas ainda faladas é uma questão de justiça histórica e antirracismo. A inclusão dessas línguas nos espaços educacionais e públicos, com currículos que integram saberes tradicionais e línguas originárias, são passos concretos de um projeto antirracista e de valorização dos saberes tradicionais. Documentários como *Martírio* (Vincent Carelli) e *Ex-Pajé* (Luiz Bolognesi) revelam os impactos da colonização e da evangelização forçada sobre os povos indígenas, além de mostrarem os esforços contemporâneos de resistência e revitalização cultural. Tais produções reforçam a urgência de políticas linguísticas e educacionais que não apenas tolerem, mas incentivem práticas multilíngues como ferramenta de empoderamento, reparação e construção de uma sociedade verdadeiramente plural e antirracista.

Em paralelo, documentários como *Afronta!* (de Juliana Vicente)¹¹, que destaca trajetórias de jovens artistas e intelectuais negros no Brasil, e *Prêt-à-Porter – Negras imagens da moda* (de Nathalie Mansoux), que discute identidade e representatividade no campo da estética, ajudam a reconfigurar o imaginário sobre o que é ser lusófono, deslocando o centro da narrativa para vozes historicamente marginalizadas. Em essa mesma vertente, o Festival de Cinema Brasileiro Travessias, o qual ocorre em Seattle, nos EUA, apresenta filmes produzidos primordialmente por mulheres e/ou diretores negros e indígenas, possibilitando uma nova visão sobre o Brasil desde o ponto de vista da direção, produção e narrativa de filmes. Assim, repensar a lusofonia não é apenas um exercício acadêmico, mas uma prática política de escuta, reconhecimento e construção de futuros mais inclusivos e plurais.

Com base nessas reflexões, apresentamos algumas ideias de atividades pedagógicas voltadas para esse reconhecimento:

1) Identidades em trânsito em Cabo Verde e Lisboa: música e juventude

Objetivo: Refletir sobre a construção de identidades multilíngues em contextos migratórios.

¹¹ Além desta produção de Juliana Vicente, sua produtora de filmes, Preta Portê, desenvolve uma variedade de documentários, curtas e longas-metragens sobre vidas negras no Brasil, incluindo documentários recentes sobre os MC's Racionais (disponível no Netflix) e sobre a atriz Ruth de Souza.

Atividade: Estudo de vídeos e letras de rappers cabo-verdianos em Lisboa, como Valette, Dino D'Santiago ou outros artistas da diáspora africana. Os alunos analisam como a música reflete experiências de migração, discriminação, bilinguismo e pertença.

Reflexão crítica: A atividade levanta questões identitárias importantes: O que significa ser "português"? O que é ser "lusófono"? Como o português convive com o crioulo nas periferias urbanas? Essa proposta permite conectar o debate linguístico com temas como racismo, desigualdade e cidadania.

2) Literatura e linguagem da mulher negra em Moçambique

Objetivo: Compreender a linguagem literária como forma de resistência e expressão de vivências plurais.

Atividade: Leitura de trechos dos romances *Niketché: Uma História de Poligamia* e *Balada de Amor ao Vento* de Paulina Chiziane, a primeira mulher moçambicana a publicar um romance e a ganhar em 2021 o prêmio Camões de Literatura. As obras podem ser analisadas em termos de gênero, cultura e linguagem, com destaque para a incorporação de línguas moçambicanas e formas orais de narrativa.

Reflexão crítica: A literatura de Chiziane subverte normas linguísticas e questiona o padrão europeu de escrita, propondo uma literatura mais próxima da oralidade africana e das vivências das mulheres negras. Permite discutir a noção de "português africano" e as tensões entre língua oficial e línguas do cotidiano.

3) Mapa linguístico e cultural da lusofonia

Objetivo: Reconhecer a diversidade de línguas e culturas nos países de língua oficial portuguesa.

Atividade: Os alunos criam um grande mapa interativo que reúne informações sobre as línguas faladas nos países da CPLP, com destaque para as línguas nacionais e suas expressões culturais. Além de dados linguísticos, o mapa pode incluir músicas, trechos de filmes, obras literárias e depoimentos de falantes.

Exemplo prático: Incluir a canção *Sodade*, de Cesária Évora, cantada em crioulo cabo-verdiano, como exemplo de resistência cultural e afirmação identitária. Discutir a escolha do crioulo como língua artística e política.

Reflexão crítica: O mapa serve como ponto de partida para debater as marcas do colonialismo linguístico, o silenciamento de línguas locais e os movimentos contemporâneos de resistência e valorização cultural.

4) Vozes poéticas e resistência: AmarELO e Conceição Lima

Objetivo: Analisar como poesia, música e documentário funcionam como ferramentas de resistência, memória e construção de identidades negras e periféricas no espaço lusófono.

Atividade: Leitura de poemas da são-tomense Conceição Lima, como "O útero da casa" ou "A dolorosa raiz do micondó", que abordam memórias coloniais, feminilidade negra e ancestralidade. Exibição de trechos selecionados do documentário *AmarELO – É Tudo Pra Ontem* (Emicida, 2020), com foco nas conexões entre música, história negra no Brasil e movimentos sociais. Análise da música "AmarELO" (Emicida, Majur e Pablo Vittar), destacando a intertextualidade com o poema "A Máquina do Mundo" de Carlos Drummond de Andrade e os versos de autoafirmação e coletividade. Criação coletiva de um mural (físico ou digital) com colagens de versos, imagens e trechos dos materiais analisados, relacionando as lutas e poéticas de São Tomé e Brasil.

Reflexão crítica:

Como a arte pode ser uma forma de reparação e reescrita da história? Quais paralelos podem ser traçados entre a construção da memória afro-brasileira no documentário *AmarELO* e a memória pós-colonial evocada por Conceição Lima? Como a linguagem poética (oral e escrita) atua como resistência simbólica?

5) Cosmovisões e crenças: o animismo em Timor Lorosa'e Angola

Objetivo: Reconhecer e valorizar cosmovisões não-ocidentais como parte do repertório cultural e espiritual dos povos lusófonos.

Atividade: Estudo de trechos de reportagens, vídeos ou relatos orais sobre práticas animistas em Timor Lorosa'e (por exemplo, o papel dos Lulik – casas sagradas) e crenças tradicionais em Angola.

Leitura de trechos de Pepetela (por exemplo, *Mayombe*) ou a poesia de Agostinho Neto, que abordam mitos, espiritualidade africana e a luta anticolonial.

Debate guiado: “O que é considerado ‘religião’ e o que é marginalizado como ‘crença’ ou ‘superstição?’”

Reflexão crítica: A atividade convida os alunos a pensar como a colonização afetou não apenas a língua, mas também as formas de pensar e se relacionar com o mundo. Pode-se discutir o epistemicídio (apagamento de saberes) e a resistência por meio das cosmologias locais.

6) Festas, danças e resistência: carnaval da Guiné-Bissau e a kizomba Angolana

Objetivo: Investigar como festas populares, danças e expressões corporais são formas de resistência cultural e construção identitária.

Atividade: Apresentação de vídeos sobre o Carnaval da Guiné-Bissau, com foco nos trajés, danças e críticas sociais expressas nos desfiles.

Escuta e análise de músicas de Kizomba contemporânea (ex: Bonga, Yuri da Cunha), com atenção para temas de amor, exílio e saudade.

Oficina: Apresentação de música, símbolos culturais, ou de passos de dança (pode ser uma apresentação em sala) que misture elementos culturais das expressões estudadas, com explicações orais dos alunos sobre os símbolos escolhidos.

Reflexão crítica: Como festas e danças podem ser mais do que entretenimento? Que memórias, críticas e afetos estão presentes nessas expressões?

Acreditamos que promover o ensino do português como língua adicional nos países da lusofonia não pode significar a reprodução de uma visão monolíngue e colonial da língua. Ao contrário, o ensino deve reconhecer o português como língua em trânsito, permeada por outras vozes, sotaques e repertórios. Logo, faz-se necessário incorporar referências multiculturais e multilíngues como, por exemplo, a música de Cesária Évora, os rappers cabo-verdianos em Lisboa, as obras de Paulina Chiziane e o cinema negro contemporâneo, dentre vários outros¹². Essa prática amplia o entendimento da lusofonia como espaço multilinguístico e multicultural. Assim, a língua portuguesa pode ser ensinada não como ferramenta de assimilação, mas como ponte entre mundos, saberes e identidades diversas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que este texto tenha gerado reflexões, indagações e possibilidades de futuros estudos sobre o conceito de lusofonia e sobre a diversidade cultural e linguística dos países lusófonos. Acreditamos que fatores históricos, socioculturais e econômicos interagem com narrativas sobre a lusofonia, o multilinguismo e o multiculturalismo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, muitas vezes expandindo ou limitando as experiências de cidadania, expressões identitárias e o direito universal de se comunicar e ser educado na língua materna. Reconhecemos também nossa posicionalidade e privilégios como professores brasileiros de PLA em instituições de ensino superior nos Estados Unidos, o que muitas vezes ofusca o entendimento da vida diária em países lusófonos. Reside aqui a ironia de se escrever sobre decolonialismo e sobre o Sul Global, enquanto se vive e no Norte Global e em um país como os Estados Unidos. Enfim, trata-se de uma faca de dois gumes.

Finalmente, este artigo não pretende oferecer prescrições ou respostas definitivas, mas sim provocar uma reflexão crítica sobre a complexidade da lusofonia e a coexistência de múltiplas línguas e identidades nos espaços onde o português circula. Ao considerar aspectos como a decolonização, as relações históricas e atuais de poder e as assimetrias linguísticas e econômicas no mundo lusófono, buscamos lançar luz sobre os desafios e as possibilidades de construir uma comunidade verdadeiramente plural, solidária e horizontal. Reconhecer a diversidade que habita a lusofonia — em suas línguas, culturas e trajetórias — é um passo essencial para transformar esse espaço em um campo de trocas mais justas, inclusivas e emancipadoras.

¹² Veja o capítulo intitulado “Proposta de programa inclusivo de português para negócios” de autoria de Carlos Pio (2023) para uma série de sugestões de como expor estudantes à diversas práticas de ensino baseadas na diversidade do mundo lusófono. Este capítulo contém links de organizações e ideias para planos de aula que se aplicam a diversos cursos de PLA. Disponível no livro *Conexões: O ensino de português nos Estados Unidos* (p.291-324).

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. G. *Educação linguística em contextos escolares multilíngues: dando corpo às práticas de alfabetização e letramento*. 2023. 238f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação de Educação, Linguagem e Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48138/tde-17072023-135048/pt-br.php>. Acesso em: 18 jan. 2026.
- ANTÔNIO, F. J. A. *Repensando a educação em Angola na perspectiva decolonial*. 2024. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Goiânia, 2024. Disponível em: https://repositorio.ifg.edu.br/bitstream/prefix/2115/1/disserta%c3%a7%c3%a3o_Fernando%20Ant%c3%b3nio.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.
- ARAÚJO, A. L. *Reparations for Slavery and the Slave Trade: A Transnational and Comparative History*. London: Bloomsbury, 2017.
- ARENAS, F. *Utopias of otherness: nationhood and subjectivity in Portugal and Brazil*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- BA KA KHOSA, U. Moçambique e o mundo da língua portuguesa: Que relação, que futuro? *Luso-Brazilian Review*, v. 50, n. 2, p. 13-20, 2013.
- BARROS, R. P. *et al. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise das pesquisas domiciliares de 1976 a 2004*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BIALYSTOK, E. Bilingualism and the development of executive functions: the role of attention. *Child Development Perspectives*, v. 9, n. 2, p. 117-121, 2015. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4442091/>. Acesso em: 22 jan. 2026.
- BOLOGNESI, L. (Dir.). *Ex-Pajé*. [documentário]. Gullane Filmes, 2018.
- CARELLI, V. (Dir.). *Martírio*. [documentário]. Vídeo nas Aldeias, 2016.
- CHIZIANE, P. *Niketché: Uma História de Poligamia*. Lisboa: Caminho, 2002.
- CHIZIANE, P. *Balada de Amor ao Vento*. Lisboa: Caminho, (3a ed.), 2016.
- EMICIDA (direção). *AmarELO – É Tudo Pra Ontem*. [S.l.]: Netflix, 2020. Documentário.
- EMICIDA; MAJUR; PABLO VITTAR. *AmarELO*. Disco: *AmarELO*, 2019.
- FILIPPE, J. M.; ALMEIDA, C. M. Educação e desigualdade social em Angola e Moçambique: desafios para a mobilidade social. *Revista Lusófona de Educação*, v. 41, p.45-62, 2019.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GONÇALVES, K. de S.; MONNERAT, TARDIN, C. Políticas linguísticas e educação decolonial: desafios e possibilidades para o ensino de português como língua adicional. *Calidoscópio*, v. 21, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio>. Acesso em: 17 julho 2025.

GUINEA-BISSAU 2009 CENSUS. Data Portal. Disponível em: <https://guinebissau.opendataforafrica.org/amthtjd/guinea-bissau-2009-census>. Acesso em: 23 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Panorama do Censo 2022*: Brasil. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA SUBMISSÃO DE ESTATÍSTICA – SUBMISSÃO DE DIFUSÃO DE RESULTADOS, Census Angola, 2014. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/census/documents/Angola/Angola%202014%20Census.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2026.

HALL, G. M. *Slavery and African Ethnicity in the Americas: Restoring the links*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.

LIMA, C. A dolorosa raiz do micondó. In: *O útero da casa*. São Tomé e Príncipe, 2004.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

NETO, A. *Poemas*. Luanda: Ministério da Cultura, 1966.

ONDJAKI. *A avó dezanove e o segredo do soviético*. [S.l.]: [s.n.], 2009.

PEPETELA. *Mayombe*. Luanda: Edições 62, 1980.

PIO, C. Proposta de programa inclusivo de português para negócios. In: SILVA, K. A. da; SILVA, E. V. da (org.). *Conexões: o ensino de português nos Estados Unidos*. Campinas: Editora Mercado Livre, 2023.

Povos indígenas no Brasil. Instituto (ISA). Instituto Sócio Ambiental do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Acesso em: 20 julho 2025.

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DA POPULAÇÃO (RGPH), Instituto de Estatística de Cabo Verde, 2021. Disponível em: https://ine.cv/censo2020/?page_id=408. Acesso em: 23 fev. 2026.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, London, v. 21, n. 2, p. 168-178, 2007.

RIBEIRO, D. *Banzo, racismo e lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022a.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b.

RODNEY, W. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. São Paulo: Zahar, 2018.

SANTOS, B. S. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHWARCZ, L.; STARLING, H. *Brazil, a biography*. New York: Picador, 2015.

SOUNDCLOUD. *Memórias Afro Atlânticas – Candomblés do Recôncavo*, por Lorenzo Turner: Mizael Santos, Pai Nezinho e Francisco Xavier. *SoundCloud*, Álbum, 2021. Disponível em: <https://soundcloud.com/memoriasafroatlanticas>. Acesso em: 22 jan. 2026.

TAVARES. J. L. O bilinguismo oficial caboverdiano – bilinguismo, diglossia e problemáticas relativas às políticas de (co)oficialização da língua cabo-verdiana, *Santiago Magazine*, 2019. Disponível em: <https://santiagomagazine.cv/cultura/o-bilinguismo-oficial-caboverdiano-bilinguismo-diglossia-e-problematicas-relativas-as-politicas-de-cooficializacao-da-lingua-caboverdiana>. Acesso em: 26 fev. 2026.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO, 1996. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

VATIN, X. *Memórias Afro-Atlânticas: as gravações de Lorenzo Turner na Bahia em 1940 e 1941*. Couraça, Brasil, 2017.

VATIN, X.; BARRETO, G.; NOBRE, C. *Memórias Afro-Atlânticas*. Couraça, Brasil, 2019.

VICENTE, Juliana. VICENTE, Juliana (Dir.). *Afronta!* São Paulo: Preta Portê Filmes, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/afrontaserie>. Acesso em 26 fev. 2026.

ANEXO A – GLOSSÁRIO DO ROMANCE – A AVÓ DEZANOVE E O SEGREDO DO SOVIÉTICO

Aká: metralhadora de fabrico russo (ak47).

Baldar: mentir.

Bazar: ir embora.

Bazeza: mole; tonto; estúpido.

Bina: bicicleta.

Birô: corruptela de bureau.

Bué: muito(a).

Caraças: puxa; poxa; caraca.

Carcará: modo como o personagem Sinhozinho Malta se referia ao personagem Roque Santeiro, na telenovela brasileira Roque Santeiro.

Caxinde: chá de caxinde (capim-limão).

Chanfru: maluco.

Ché: interjeição de espanto ou júbilo.

Coboi/cobois: caubói/caubóis.

Cuiante: o que cuia muito. O que é muito bom, delicioso.

Diamba: liamba. Marijuana.

Dipanda: independência.

Esculu: muito bom.

Esquindiva: finta.

Estigar: ridicularizar outrem através de um criativo e bem-humorado jogo de palavras.

Fixe: muito bom; legal.

Fobado: esfomeado.

Gamar: roubar.

Jacó: papagaio.

Jindungo: condimento apimentado.

Jinguba: amendoim.

Kianda: ser mítico que vive no mar; sereia.

Kimundu: uma das línguas nacionais angolanas.

Kinanga: bairro de Luanda.

Kitaba: espécie de pasta feita com amendoim torrado.

Kizomba: dança angolana.

Lixívia: produto de limpeza.

Maka: conversa; questão; disputa; caso; assunto.

Makí: mato (onde os guerrilheiros circulavam).

Malaicar: atrapalhar; estragar.

Manete: pistola para abastecimento de combustível.

Matabichar: tomar o café da manhã.

Misoso: conto.

Muata: chefe.

Mucua: fruto do embondeiro.

Mujimbo: boato, fofoca.

Ngonguenha: mistura de água com farinha de pau (farinha fina feita a partir da mandioca) e açúcar.

Pita: come.

Poça/Poças: puxa!

Pópilas: expressão de espanto.

Queixinhas: delator.

Quiteta: espécie de molusco comestível.

Revienga: finta.

Salalé: espécie de cupim.

Sape-sape: fruta-do-conde.

Sóvia: soviético.

Tuga: referente a cidadão português, ou a Portugal.

Tunda: desapareçam.

Ya: sim.



Recebido em 23/07/2025.

Aceito em 06/12/2025.

Publicada em 15/03/2026.